

Circular

17
JULHO 72

Boletim interno dos colaboradores da A.E.F.C.L.

INTRODUÇÃO

Muitas circulares (11,12,14 por ex.) têm saído sem explicitar suficientemente uma questão fundamental; é que os textos editados não representam necessariamente a posição da A.E.F.C.L.

De acordo com o que vem expresso no P.de T. aprovado pelos estudantes e ainda em vigor, só pode ser considerado representativo um texto que seja votado no nível de decisão conveniente: em R.G.As., ou no seguimento destas em R.G.Colaboradores ou, no seguimento destas, em reuniões de Direcção

Estão neste caso por ex., as actas dessas reuniões. É claro que a circular não se destina apenas aos textos representativos. Quando se trata de tomar decisões sobre questões vitais como problemas de princípio, de orientação, de organização, etc é muito importante que exista previamente um amplo movimento de discussão entre os estudantes em geral, e entre os colaboradores muito em particular; se isto assim não for, a democraticidade associativa, e tal como a representatividade das decisões tomadas, não passarão de uma hipócrita fachada formal, sem significado.

Ora tal "democracia" e tal "representatividade" formais são atributos próprios dos oportunistas e não tem cabimento no nosso movimento.

É neste sentido que surgem os textos polémicos. Estes textos constituem uma excelente forma de apoio às reuniões de discussão; se os colaboradores tiverem o cuidado de os estudar criticamente antes das sessões de discussão, estas serão extraordinariamente mais produtivas e mais esclarecedoras.

É precisamente neste sentido que surgem os textos que se seguem.

sobre as FINALIDADES das AAEE

Texto polémico nº1

As finalidades do movimento sindical estudantil são aquilo para que ele foi criado, isto é, para defesa dos interesses dos estudantes, não se entendendo estes só pela resolução dos problemas imediatos mas também a aquisição de um nível cultural bastante mais elevado, portanto um aumento cada vez maior da consciência crítica dos estudantes.

As finalidades do movimento determinam a natureza do movimento, porque permitem distinguir a forma de luta a tratar para alcançar um determinado objectivo das formas mais atrasadas ou avançadas de luta, visto o movimento abranger não só as camadas mais politizadas mas também as que não tendo ainda uma posição definida face ao movimento são susceptíveis de se integrar nela.

O movimento sindical estudantil é limitado pelas suas finalidades. Porque depende do aumento da consciência crítica da camada intermédia dos estudantes, é volta dos quais o movimento associativo deve centrar o seu trabalho, portanto as finalidades são limitadas pelo grau de politização que existe na grande massa dos estudantes.

Desprezar as largas camadas dos estudantes é trair as finalidades do movimento, é criar um afastamento entre a minoria dos quadros politizados e a maioria dos estudantes, é tornar o movimento associativo num movimento inconsequente.

Centrar o movimento associativo só na luta reivindicativa não a perspectivando é puxar sistematicamente as passas para trás.

Estas duas últimas posições levam a um progressivo isolamento das AAEE em relação à massa estudantil e atraso à sua luta.

I-No nosso programa de trabalho (7o/71) e ratificado para 72/72) este capítulo vem tratado lacónicamente. Diz-se lá :

- "1-Defesa dos interesses colectivos dos estudantes.
- 2-Contribuição importante na formação integral dos estudantes."

Procedamos a uma primeira apreciação desta questão. A segunda finalidade expressa pode ser nunciada doutra forma : luta pela elevação do nível cultural da massa estudantil.

Simplifiquemos: os dois pontos expressos no programa podem afinal reduzir-se ao primeiro, se tivermos em conta que nele se inclui a "defesa dos interesses culturais dos estudantes".

a) Finalidade: não se desliga do Objectivo Geral

Procedamos a uma segunda apreciação desta questão. Bastará o enunciado da finalidade das AAEE para caracterizar estas no que é essencial, isto é, enquanto organizações progressistas no quadro da actual sociedade? Não, de forma alguma.

Os "interesses" dos estudantes podem ser entendidos num sentido reacçãoário. Por exemplo, é ou não do interesse dos estudantes a limitação do número de alunos que utiliza de cada vez um laboratório? Ora, face à escassez de laboratórios, há duas vias possíveis de resolver a questão em "defesa dos interesses" estudantis: primeira, lutar pela limitação do número de estudantes que tem acesso ao ensino; segunda, lutar por um ensino de amplo acesso, dando prioridade nos orçamentos à construção de amplos meios de ensino (incluindo laboratórios).

De um modo geral, podemos dizer que toda a luta virada à obtenção de práticos, para um ghetto estudantil, é reacçãoária; e no entanto, não deixa de ser uma luta pela "defesa dos interesses dos estudantes"...

O mesmo acontece à defesa dos interesses culturais. Na nossa época não existe uma cultura, existem duas: a Cultura Burguesa, reacçãoária, e a Cultura Popular, progressista.

O governo bem tenta "defender os interesses culturais dos estudantes": multiplica as reformas da MP, as iniciativas do SNI e do MEN etc nesse campo. Veja-se mesmo a actividade cultural das Comissões Administrativas de 65 a 68.

A cultura burguesa na nossa época é uma cultura decadente: vê-se obrigada a pregar a despolitização, o amorfismo, a resignação cega, obediente e "ordeira". E no entanto, não deixa isso de constituir uma luta pelo incremento de uma "formação cultural"...

A opção clara sobre a perspectiva com que se encara a finalidade das AAEE é que permite distinguir a concepção sindical, progressista, da concepção "corporativista", reacçãoária das mesmas; sendo precisamente esta última a que o governo (1) dos grupelhos fascistas tentam a todo o custo fazer proliferar entre as camadas mais retrógrada e hesitantes da massa estudantil.

A Direcção da AE esclareceu isto (por ex.) na circular 9 :

"Não devemos menosprezar um processo por ele ter objectivos limitados, ser localizado, mas sim estar presente neles para os perspectivar de forma a eleva o nível da luta (consequentemente os seus objectivos) assim como o grau de politização e consciência crítica dos estudantes em causa."

(1) na própria legislação as AAEE definem-se no capítulo das associações... de "Socorros mútuos" !

" Isto corresponde àquilo que se designa no Programa por "finalidades das associações de estudantes": "1. Defesa dos interesses colectivos dos estudantes; 2. Contribuição importante na formação integral dos estudantes". Mas, pelo próprio texto expresso, vê-se que estas Finalidades pressupõem a definição de objectivos gerais em direcção aos quais se elevam os objectivos imediatos das lutas restritas. No fim de contas trata-se de definir em função de que se pretende elevar o nível das lutas e o grau de politização e consciência crítica dos estudantes. Desta feita,

No programa de Trabalho indica-se: "é de fundamental importância definir-se que os estudantes lutam por uma Universidade que não só esteja ao real alcance de toda a população, como ainda por uma Universidade verdadeiramente ao serviço da população trabalhadora, isto é, POR UMA UNIVERSIDADE POPULAR. Esta deve ser pois a perspectiva em que todo o trabalho da associação se deve inserir."

(in circular 9 b) deficiências de perspectivação)

Isto foi também esclarecido na secção preliminar do I II Seminário Interno:

"...Os objectivos vêm precisamente permitir estabelecer isto bem. Porque é evidente que a defesa dos interesses se pode executar de diferentes perspectivas:

A gente pode defender os interesses dos estudantes numa perspectiva que sirva determinados interesses de classe e pode defender uma perspectiva que defenda outros interesses de (outra) classe. É efectivamente quando a gente determinar e explicitar esses objectivos, que estamos a vincar bem exactamente esse carácter sindical, estamos a dar um conteúdo mais preciso a esse movimento sindical".

(in. processo verbal "sessão preliminar III S.I.", pag. 8)

b) Finalidade: explica o papel das AAEE

Procedamos a uma terceira apreciação desta questão. Se a finalidade só por si não caracteriza o essencial das AAEE, qual então a importância da sua definição?

Este ponto foi ventilado já na secção preliminar do III S.I.:

"As finalidades de uma estrutura como o MA permitam determinar qual a sua natureza; (...) permite fazer a demarcação entre ele e outros movimentos com natureza distinta, que se possam referir às mesmas pessoas.

Nomeadamente permite distinguir o movimento de características políticas de um movimento de características sindicais, coisa que não poderia ser feita com igual precisão a partir dos objectivos gerais (...) pois que não há objectivos sindicais e objectivos políticos: há os objectivos gerais do movimento estudantil que têm uma expressão sindical e uma expressão política".

"...As finalidades... permitem ...determinar qual a forma de luta para atingir esses objectivos.. (permitem determinar) o nível da forma de luta que está em jogo."

"Se a finalidade do MA é defender os interesses colectivos dos estudantes, da formação integral, de promover a politização dos estudantes etc, isso permite que a gente distinga uma coisa: que a forma de luta que nós estamos a tratar para atingir esse objectivo geral, é uma forma de luta com carácter sindical e permite distinguir de outras formas de luta mais atrasadas ou mais avançadas."

(in. processo verbal "secção preliminar" do III S.I. pag. 1a9)

em suma: a questão da Finalidade das AAEE é uma questão essencial. Trata-se de definir o papel que as AAEE desempenham no todo da luta estudantil, e, dentro desta, como se enquadram na luta geral da população trabalhadora.



II-Não admira pois que, dentro das próprias AAEE surjam diferentes concepções sobre esta questão; tal facto não ^{há} mais que reflectir a existência no M.A de divergências de fundo entre linhas de orientação distintas.

a) as posições dos reformistas

Assim por exemplo os reformistas, fieis à sua política de entreter as massas com a sua luta reivindicativa, sem outra perspectivação que a luta pelas "liberdades fundamentais" (expressão, reunião, etc), de vez em quando descaem-se o identificam finalidades com objectivos imediatos (1), dizendo ser uma e mesma coisa (2)

Desta feita, limitam o papel da luta sindical às suas formas mais atezadas (pela conquista de pontos imediatos); assim como limitam a politização ("elevação do nível cultural") a desenvolver pelas AAEE, visto que esta só se consegue fazendo precisamente sair a luta sindical do quadro estreito dos objectivos imediatos e unificando-a em torno de objectivos "intermédios" qualitativamente mais avançados, em direcção ao objectivo geral.

Há que atender no entanto a que os reformistas são de um modo geral especialistas em malabarismos com a definição de conceitos; perante um reformista hábil, um estudante que não guarde uma visão geral da orientação oportunista deste corre o risco de ficar baralhado. Pois não é que estes senhores não têm, por ex., o mínimo pejo em utilizar (depois de definir a "Reforma Democrática" como objectivo geral), a designação "Ensino Popular" ! (3)

É preciso assim, muitas vezes, distinguir atentamente o paleio da acção concreta que desenvolvem e de como orientam, de facto, a luta.

b) as posições dos "liquidacionistas"

Acontece que a reacção mecanica às "teses" reformistas, deu origem em Ciências (69/70) a uma curiosa tendência "associativa": a des-sindicalista.

Esta tendência assentava no seguinte raciocínio:

"A legalidade fascista controla... as AAEE, não permitindo que a actividade associativa saia das reivindicações primárias momentaneas e processos reformistas sem qualquer interesse"

(relatório A.E.F.C.L. 69/70, texto E)

Daqui inferiam que as associações seriam estruturas essencialmente estimuladas pelo próprio governo, a fim de "controlar" as movimentações dos estudantes, mantendo-as no estreito quadro das lutas sindicais (que seriam necessariamente reformistas) impedindo assim que a luta estudantil atingisse um nível mais politizado, de "ruptura" com o "sistema".

A finalidade das AAEE seria assim para estes colaboradores constituir uma "válvula de escape" das tensões potencialmente explosivas acumuladas no movimento estudantil, ou seja, constituir um elemento ao serviço do "sistema" (consequentemente do governo) para controlar a luta estudantil.

Como era lógica, concluíam que era necessário "des-sindicalizar" a luta, liquidando as AAEE enquanto tais.

Estas teses, que resultam da incapacidade de compreender o exposto na parte I, estão rebatidas na circular 3 (onde se explica a questão da legalidade) e no relatório da A.E.F.C.L. 69/70, não valendo a pena alongar aqui o texto. Resta apenas dizer que alguns defensores desta Tese "emigraram" para outras escolas, defendendo aí a linha de orientação das direcções do Técnico, Económicas, IES, etc de 70/71.

Não é caso para admirar: as linhas oportunistas são todas irmãs.

(2) ver circular 14

(3) intervenções em R.I.A. deste ano

c) as posições dos "esquerdistas" e a questão das camadas intermédias

Pelo contrário, tem todo o interesse aprofundar a análise das Teses "esquerdistas" que dizem respeito à questão da finalidade do Movimento.

O ano lectivo de 70/71 assistiu, desde o seu início, a uma intensa polémica de orientação para a conduta do trabalho federativo. Ora precisamente a questão de fundo que se encontrava em jogo era qual o papel que as AAEE deveriam desempenhar na actual situação.

No entender de certos dirigentes e colaboradores, o trabalho associativo ser ou não, na defesa dos interesses colectivos dos estudantes, era coisa de pouca importância. Havia-os mesmo que diziam: "que é isso dos interesses dos estudantes? isso não existe".

O que importava, era o trabalho ter um sentido político avançado; não apenas progressista, mas mais politizado. A designação "trabalho sindical" não tinha qualquer significado especial para eles; não se importavam de utilizar essa expressão, mas utilizavam-na indistintamente para acções essencialmente associativas e acções essencialmente políticas.

O problema que logo se pôs, foi o de tal linha de orientação conduzir de imediato a um isolamento das AAEE face às amplas camadas de estudantes fracamente politizadas, as camadas intermédias.

Perante estas objecções, a reacção não se fez esperar:

"qual o conteúdo sociológico e socio-afectivo de camadas intermédias?
o I E S repudia as categorias de camadas médias"
(in acta da RIA de 10/12/70)

Levada até as suas ultimas instâncias, esta linha de orientação identifica-se com as teses "liquidacionistas"; só que aqui a finalidade das AAEE é transformada numa "base mínima de organização do movimento estudantil", utilizada afinal para um trabalho politizado, sem características sindicais.

Aprecie os pontos de vista ^{das Direcções} da altura de Técnico e de Económicas:

"proposta para uma linha de acção para o MA (de 1970)

1. Como breve síntese de uma linha de acção estudantil que se insira numa Universidade em período de adaptação às novas necessidades do capital monopolista nacional e internacional e explicitamente o contributo positivo que o Movimento Estudantil pode dar para a radicalização da luta de classes em Portugal. Este texto pretende apenas ENUNCIAR as tarefas principais do Movimento sem entrar na sua análise detalhada (que pretendemos seja feita nas discussões federativas agora iniciadas)."

Como "acções federativas possíveis" chegaram a propôr:

"3 - ampla informação e interpretação política das lutas anti-imperialistas no mundo"

(reuniões federativas Set/Out 70)

"... desenvolver uma ampla batalha de informação e interpretação da luta de classes ao nível mundial e nacional; como condição para acções concretas de apoio às lutas populares"

(in "proposta de uma linha de acção para o MA 1970")

"... indo a Academia Militar ser um curso superior e pago ... abre possibilidades à propaganda e acções anti-militaristas na Universidade"

(reuniões federativas de Set/Out 70)

Podemos extrair facilmente 2 traços essenciais desta linha de orientação:

1 - Confunde com todo o à vontade Movimento Estudantil com Movimento Associativo (que é apenas um dos aspectos do Movimento Estudantil).

c) as posições dos "esquerdistas" e a questão das camadas intermédias

Pelo contrário, tem todo o interesse aprofundar a análise das Teses "esquerdistas" que dizem respeito à questão da finalidade do Movimento.

O ano lectivo de 70/71 assistiu, desde o seu início, a uma intensa polémica de orientação para a conduta do trabalho federativo. Ora precisamente a questão de fundo que se encontrava em jogo era qual o papel que as AAEF deveriam desempenhar na actual situação.

No entender de certos dirigentes e colaboradores, o trabalho associativo ser ou não, na defesa dos interesses colectivos dos estudantes, era coisa de pouca importância. Havia-os mesmo que diziam: "que é isso dos interesses dos estudantes? isso não existe".

O que importava, era o trabalho ter um sentido político avançado; não apenas progressista, mas mais politizado. A designação "trabalho sindical" não tinha qualquer significado especial para eles; não se importavam de utilizar essa expressão, mas utilizavam-na indistintamente para acções essencialmente associativas e acções essencialmente políticas.

O problema que logo se pôs, foi o de tal linha de orientação conduzir de imediato a um isolamento das AAEF face às amplas camadas de estudantes fracamente politizadas, as camadas intermédias.

Perante estas objecções, a reacção não se fez esperar:

"qual o conteúdo sociológico e socio-afectivo de camadas intermédias?
o I E S repudia as categorias de camadas médias"
(in acta da RIA de 10/12/70)

Levada até as suas ultimas instâncias, esta linha de orientação identifica-se com as teses "liquidacionistas"; só que aqui a finalidade das AAEF é transformada numa "base mínima de organização do movimento estudantil", utilizada afinal para um trabalho politizado, sem características sindicais.

Aprecie os pontos de vista ^{das Direcções} da altura de Técnico e de Económicas:

"proposta para uma linha de acção para o MA (de 1970)

1. Como breve síntese de uma linha de acção estudantil que se insira numa Universidade em período de adaptação às novas necessidades do capital monopolista nacional e internacional e explicitamente o contributo positivo que o Movimento Estudantil pode dar para a radicalização da luta de classes em Portugal. Este texto pretende apenas ENUNCIAR as tarefas principais do Movimento sem entrar na sua análise detalhada (que pretendemos seja feita nas discussões federativas agora iniciadas)."

Como "acções federativas possíveis" chegaram a propôr:

"3 - ampla informação e interpretação política das lutas anti-imperialistas no mundo"

(reuniões federativas Set/Out 70)

"... desenvolver uma ampla batalha de informação e interpretação da luta de classes ao nível mundial e nacional; como condição para acções concretas de apoio às lutas populares"

(in "proposta de uma linha de acção para o MA 1970")

"... indo a Academia Militar ser um curso superior e pago ... abre possibilidades à propaganda e acções anti-militaristas na Universidade"

(reuniões federativas de Set/Out 70)

Podemos extrair facilmente 2 traços essenciais desta linha de orientação:

1 - Confunde com todo o à vontade Movimento Estudantil com Movimento Associativo (que é apenas um dos aspectos do Movimento Estudantil).

d) conclusão

Actualmente, o problema mantém-se nos mesmos termos. Os "esquerdistas" continuam a agir dentro da sua linha de acção; o ponto talvez mais curioso é a forma como tem ressaltado a íntima aliança de todos os oportunistas na sua tarefa comum de desviar as AAEE da sua função.

Os "argumentos", são os mesmos de sempre, embora vistam ocasionalmente roupagens diferentes. Um exemplo disso é o seguinte raciocínio: "o Governo está a fechar as AAEE todas; já não há legalidade (sic)". Então o que se segue? que se deve desenvolver um trabalho semi-legal e ultra-politizado a partir das estruturas associativas "que restam"!

Está nesta linha de ideias a tentativa da Direcção de Direito de fazer aprovar na RIA um comunicado com palavras de ordem que ultrapassem as AAEE (5) e a sua posterior edição nas máquinas das AAEE; (ento aliás, são apoiados veementemente pelos reformistas).

Resta-nos expôr, para ironia máxina, uma ultima transcrição: um extrato da proposta federativa da Direcção de Direito de 70/71 (: que a actual Direcção da nossa escola se diz seguidora...)

"...alguns dirigentes associativos, de acordo com as suas concepções oportunistas, têm vindo a aplicar métodos de actuação anti-associativos e anti-democráticos, e a ter uma conduta em geral que não se coaduna com a natureza e a função das AAEE. Esses associativos têm vindo a manifestar graves incompreensões acerca do papel das AAEE e das limitações da sua acção no estágio actual do desenvolvimento do Movimento Estudantil e têm uma concepção incorrecta sobre o enquadramento da acção associativa em processos mais gerais.

Mais concretamente:

Propondo para as AAEE objectivos que saiem fora do seu âmbito, pretendendo desencadear lutas sem o apoio activo da maioria dos estudantes, lutas essas para as quais as estruturas associativas não foram feitas (e que, portanto, sendo iniciadas por essas estruturas podem ser controladas e usadas pelas autoridades), organizando nas RIAs, nas Reuniões de colaboradores e outras reuniões associativas discussões "profundas" de estratégias e linhas políticas para o Movimento Estudantil que, inevitavelmente, se transformam em puras discussões políticas sem quaisquer resultados práticos (discussões próprias de diletantes) e usando nas reuniões e nos documentos associativos uma linguagem imprópria de estruturas legais, alguns dirigentes associativos têm vindo a desenvolver, objectivamente, um trabalho que visa retirar o carácter de massa às AAEE, politizando-as sem que a tal corresponda uma politização das largas massas; querendo que as AAEE abarquem todos os aspectos da acção estudantil, têm travado o desenvolvimento dessa acção."

sobre os PRINCÍPIOS do M. Assoc.

-o que são, quais são

A experiência do Movimento Sindical (estudantil e não só) conduziu à determinação de um certo conjunto de normas que o deve reger, para que este cumpra as suas finalidades.

Os princípios, não são um estatuto, são, isso sim, as condições necessárias ao desenvolvimento do trabalho.

A sua adaptação ao M.A. encontra-se expressa na "D. de Princípios", declaração feita em 1967/1968, em que se encontram expressos 3 pontos fundamentais:

- A neutralidade política e religiosa
- A unicidade e representatividade
- A Democraticidade

É sobre estes pontos, e a diferente interpretação que deles tem sido feita pelas diferentes orientações, que nos vamos debruçar.

-sobre a representatividade e a unicidade

Neste ponto, as divergências situam-se principalmente ao nível da UNICIDADE e, especificamente, de como se deve desenvolver o trabalho face à existência de diferentes perspectivas para a sua condução.

Assim, um "grupo de colaboradores" do MAEESL defende que se deve garantir o direito à existência de tendências, logo dever-se-ia garantir a possibilidade de se expressarem, em condições de paridade (sic) com a orientação maioritária (1).

Por outro lado, e embora a sua linha de orientação não coincida (pelo menos na teoria) com a desses "colaboradores do MAEESL", a Direcção do Industrial defende que dá e deve dar apoio a grupos de estudantes (do ensino secundário, no caso ocorrido) que pretendam fazer reuniões e programar trabalho, independentemente do M.A. do Ensino Secundário que ela (D. do I.) reconhece como "única estrutura associativa dos estudantes do ensino secundário" (2).

O que é que indica o P. de Unicidade?

"que os interesses dos estudantes apenas podem ser defendidos por uma AE unitária que represente os interesses de todos os estudantes. (...)", o que isto implica, necessariamente, é a existência de uma direcção única para o movimento (é para isto que se aprovam P.T.), cuja orientação, aprovada maioritariamente se sobrepõe às minoritárias.

Logo, quem defende as posições primeiramente enunciadas, "confunde" (ou tenta confundir) o problema da resolução das tendências do M.A. com o problema da existência de trabalho paralelo ao desenvolvido pelas estruturas associativas:

Quando existem várias tendências para a condução da luta, o trabalho deve desenvolver-se segundo a perspectiva maioritária, as outras devem submeter-se ao P. de T. aprovado, criticando-o contudo e discutindo-o a nível de quadros e de estudantes, denunciando (caso aconteça) se a direcção infringir os princípios ou tiver quaisquer atitudes ou posições oportunistas.

(1) vide "por um esclarecimento 1"

(2) vide "sobre o fraccionismo" e "Aos estudantes do Industrial, aos estudantes portugueses"

Formar organizações paralelas que conduzirão inevitavelmente à transformação duma única frente de trabalho e de luta, numa luta sectária, é quebrar o princípio da unicidade (porque o trabalho não é desenvolvido, fundamentalmente, segundo uma perspectiva única) e, em certa medida, o da democraticidade: quando alguns estudantes não conseguem impor como maioritárias as suas perspectivas, passam por cima desse "pormenor" e desenvolvem trabalho paralelo.

-sobre a apoliticidade e arreligiosidade

Explicitando o que vem na D. de P. (vêr C. 3 e Q. 6):

"O MA tem alguma relação com a política, algum efeito político - qualquer acção na Sociedade o tem."

"a nossa acção poderá ter efeitos políticos, precisamente para se cumprir a função do MA - enquadrar e perspectivar a luta dos estudantes independentemente das suas divergências políticas secundárias"

in P.T. do MAEESL 70/71

Fazendo uma interpretação "original" deste princípio, a lista B de Ciências do Porto afirma que

"o apoliticismo não é infringido quando na defesa dos interesses dos estudantes têm que lutar contra a orientação política concreta e sectorizada que os lesa"

Ao mesmo tempo afirma que a luta contra o conteúdo classista é política e a luta pela "função do ensino na Sociedade e o seu caracter democrático e popular" não o é.

Claramente se vê, que o apoliticismo é usado para disfarçar posições políticas que quebram a apoliticidade real do sindicalismo.

Há ainda quem defende (e foi defendido numa sessão do II S.I.E.A. que....

"O MA deve ser apolítico porque assim convém às AAEE, porque é a melhor "táctica". Tal posição não é correcta e estamos a confundir planos diferentes, o MA é apolítico porque é essa a sua essência e definição actuais. A riqueza do MA está em encontrar um denominador comum de interesses a estudantes de diversas tendências políticas e é esse o trunfo que lhe permite realizar o seu trabalho de massas. As fases mais acerbas do sindicalismo são ainda apolíticas no sentido estrito do termo, se bem que esse sindicalismo se debruce sobre os problemas da Nação e critique embora uma política governamental. Político seria, o adoptar uma estratégia e uma táctica, que para satisfazer interesses, ainda que justos, por desligados dos problemas dos estudantes, fizessem perder de vista as finalidades essenciais de definição do MA. Poderá parecer em qualquer fase histórica, que tal atitude seja a mais justa, mas o grave erro de confundir estruturas se cometerá então, com a perda a longo prazo das perspectivas do sindicalismo estudantil. E este sim, não nos esqueçamos de o repetir, pode desempenhar um papel importantíssimo numa futura convergência de interesse com o Estado.

Perder as perspectivas do apoliticismo real do MA, é perder as perspectivas do trabalho legal, com a sua riqueza infinita de métodos. Essa riqueza do trabalho legal, provém dum encadeamento de situações que está intimamente ligado a uma perspectiva correcta do trabalho de massas, encadeamento de situações esse, que escapa nos seus efeitos à própria planificação que o determinou, e assim brota a espontaneidade. Resulta das relações pessoais que dele provêm, das relações de grupos que vem a constituir uma vasta teia, uma trama de relações, cujas repercussões se vem a traduzir em trabalho útil, para lá dos

planos inicialmente previstos em simples esquemas, numa rede extraordinariamente rica de consciencialização, de produtividade de trabalho, de formação individual."

(in "Saindo do Escuro" IV parte do relatório do secretariado de RIA de 64/65)

-sobre a democraticidade

Sobre o funcionamento democrático das estruturas associativas,

"(...) há quem entenda como democráticas as estruturas associativas, pela simples razão de que nelas se processam eleições, votações, decisões por maioria.

De facto, o uso do voto constitui uma condição necessária para o processo democrático associativo." (sublinhado nosso).

Mas não só: além do voto, é necessário determinar a democraticidade na relação entre as estruturas, e as condições em que tal voto é expresso: qual o grau de consciência e de conhecimento que ainda os estudantes têm sobre as questões sobre as quais incide a votação.

"É ainda preciso, para definir como democrática uma instituição, enquadrá-la na sociedade, e verificar qual é a sua função social.

Quais são os fins dessa instituição? Proteger quem? Que posição assumem nos meios de produção os seus membros? Que pretendem os seus membros com essa instituição? Servir uma minoria ou uma maioria? -Que classe serve essa instituição?

(...)

Instituições há que, sendo internamente democráticas, baseando-se na igualdade dos seus membros, seria um absurdo considerá-las como tal. Basta considerar o caso da Acção Académica ou qualquer outra associação de classe, como por exemplo o Partido Republicano (EEUU)

Concluindo, importa observar, além de uma questão democrática, democracia nos fins."

(in H.S. Gomes "o trabalho dos estudantes seus mitos e possibilidades")

UTILIZA ESTES TEXTOS PARA A
PREPARAÇÃO DO SEMINÁRIO
ESTES TEXTOS SÃO POLÉMICOS

LÊ E CRITICA-OS

acerca das diferentes perspectivas face aos OBJECTIVOS DAS ASSOCIAÇÕES DOS ESTUDANTES

-a Universidade Popular

"É de fundamental importância definir-se que os estudantes lutam por uma Universidade que não só esteja ao real alcance de toda a população, como ainda por uma Universidade verdadeiramente ao serviço da população trabalhadora, isto é, por uma UNIVERSIDADE POPULAR."

(in P.T. da AEFGL)

É este o objectivo a longo prazo que os estudantes de Ciências definiram e se propõem alcançar sendo para isso necessário que se explicita cada vez melhor o que se entende verdadeiramente por uma Universidade Popular.

É fácil de ver que o actual papel da Universidade é o de formar quadros (técnicos e teóricos) que vão ser necessários à conservação e continuação do actual sistema económico (e sócio-político) pelo qual são servidos, acima de tudo, os interesses do patronato, em nada contribuindo para uma melhoria da situação da verdadeira população trabalhadora.

A Universidade tem desde logo, e neste momento um carácter classista (mas ao serviço de uma classe privilegiada). Qualquer Reforma introduzida neste momento na Universidade (como é o caso da actual) terá o papel de melhorar e aumentar a formação desses quadros--mas melhorar no sentido de perpetuar esse sistema económico presente. Por isso, haverá uma ligação cada vez mais íntima entre os órgãos de gestão da Universidade e o Governo, ou melhor, os interesses que este representa. De resto, a actual Reforma é bem clara, prevendo mesmo a representação directa dos elementos do patronato na gestão da Universidade.

É evidente que a autonomia da Universidade não existe; e se é utópico pensar-se que é possível alcançar-se essa autonomia, pretender colocá-la como um objectivo é inclusivamente contraditório com o que definimos por Universidade Popular onde terá que haver um ensino de carácter classista, mas no sentido dos interesses e necessidades da classe trabalhadora e onde a gestão da Universidade estará a cargo de elementos dessa classe trabalhadora.

Quando se diz que os estudantes lutam por uma Universidade que esteja ao real alcance de toda a população, entende-se, como é óbvio, que haja possibilidade de acesso à Universidade por parte de toda a população, devendo dar-se prioridade às pessoas provenientes de classes trabalhadoras ou que lutem pela defesa dos interesses dessa mesma classe.

Deste modo, o ensino terá o papel de fornecer conhecimentos teóricos a essas pessoas o que permitirá uma melhor e mais consciente utilização da sua experiência adquirida no trabalho nas fábricas, nos campos, etc. Assim aos operários o campo ~~nossa~~ com uma certa experiência em determinados campos de produção, ser-lhes-á dado conhecimentos necessários para aperfeiçoarem a sua participação na produção. Esses conhecimentos teóricos serão dados em função dos problemas práticos levantados pela produção. Tudo isto pressupõe uma posição crítica dos estudantes-operários no que respeita ao ensino que lhes é ministrado e portanto uma participação activa e empenhada.

-objectivo intermédio: consolidação interna da AE

Para se atingir este objectivo geral (a Universidade Popular) e dado o actual estado atrasado das nossas forças temos que fixar diversas etapas da luta, no seu aspecto sindical, pela U.P.. Quando se define como objectivo intermédio a consolidação interna da AE isso significa:

"Ele (objectivo intermédio) pressupõe que, até se atingir este objectivo geral, o sentido principal dos nossos esforços vai modificar-se diversas vezes, de acordo com a evolução da situação; num determinado momento dar-se-á mais atenção a certos aspectos da luta, noutro momento poderá já ser a outros, cor-

respondendo por exemplo a formas de luta mais avançadas (se a situação se tiver modificado favoravelmente).

Ela extrai-se pois do actual estado atrasado das nossas forças das lutas dos estudantes; no caso concreto da nossa Faculdade (e não só...) o aspecto dominante destas lutas encontra-se no campo ainda pedagógico, e dentro deste predominam as lutas a nível de cadeira, de ano ou quanto muito de curso, e não de Faculdade ou federativas.

Esta situação, contrariamente ao que alguns pensam, não se vai alterar num abrir e fechar de olhos, mas apenas após um persistente e (naturalmente) longo trabalho.

Em vez de nos lançarmos anárquicamente ao trabalho, tentando inglòriamente instituir de imediato palavras de ordem politizadas, formas superiores de luta, etc., precisamos pelo contrário de compreender que para atingir um estado mais avançado o politizado da luta é necessário;

1- que as massas (estudantis) travem um primeiro conhecimento com a sua força, com a importância de generalizar as suas lutas, com a importância de se organizarem colectiva e maciçamente; enfim, que iniciem a sua politização iniciem a quebra da tutela ideológica que os professores e famílias reaccionárias têm sobre elas.

2- que se forme um primeiro corpo de colaboradores regulares capazes de exercerem uma direcção colectiva do movimento a todos os níveis e perspectivá-lo correctamente, sem falhas sistémicas que acabem por o fazer esboroar umas vezes atrás das outras; capazes ainda de saber enquadrar e organizar uma população de centenas e centenas de colaboradores eventuais, que assegurem e reflectem a radicação da Associação nos estudantes da Faculdade.

Ora isto consegue-se precisamente através das pequenas escaramuças, que possibilitam pequenas vitórias e o enriquecimento progressivo da experiência da massa estudantil e da sua vanguarda sindical (colaboradores); pois de outra forma a movimentação dos estudantes não vai ganhando consistência, e sim perdendo-se em fluxos e refluxos anárquicos.

Esboroando-se nos dias e meses seguintes o que se construía no momento, sem se dar passos decisivos em frente após cada novo fluxo da luta, não é certamente a maneira de progredir na luta pelo Ensino Popular.

em resumo: O que a Orientação Geral pressupõe é que antes de nos lançarmos a voos mais altos, é imprescindível procedermos a um primeiro agrupamento das nossas forças e a uma primeira acumulação de experiência e combatividade."

(in Circular 11 - 22 Nov. 71)

-a Reforma Democrática do Ensino

Em oposição com o objectivo a longo prazo que é a Universidade Popular, existem linhas de orientação que definem como objectivo geral uma "Reforma Democrática do Ensino".

"A luta dos estudantes pela Reforma Democrática do Ensino não é abstracta. Ela concretiza-se hoje com a orientação do movimento nas seguintes direcções:

1- Melhoria geral das condições materiais de estudo, com um consequente aumento das verbas destinadas à educação.

2- Democratização das estruturas de ensino conseguida através de lutas pedagógicas viradas para um controle dos estudantes organizados sindicalmente sobre os mecanismos de funcionamento da Universidade.

3- Alteração do actual conteúdo reaccionário de classe do ensino, orientando claramente esse ensino para a abordagem e reso-

objectivos que elas de finem.

Ainda dentro da perspectiva da R.D.E. a actual direcção do AEISCEF diz no programa de trabalho:

"Competindo ao próprio povo português definir, oportunamente, em concreto, o conteúdo dessa Reforma, surgem desde já alguns aspectos centrais, todos eles interligados, que incorporam sérios anseios populares:

- a) acabar com o analfabetismo
- b) criar condições que permitam a todos um acesso a qualquer grau de ensino independentemente das condições económicas, sendo a qualificação e especialização atingido por cada um resultado das capacidades próprias e interesses sociais
- c) ensino básico obrigatório que forneça os conhecimentos científicos e humanísticos indispensáveis
- d) estruturação, funcionamento e conteúdo do Ensino de acordo com os interesses das classes populares (tornando-se as escolas centros de irradiação da cultura popular) capaz de fornecer uma compreensão da realidade nacional e internacional e constituir, simultaneamente, um instrumento para a sua modificação

Para tal é necessário

- e) gestão do ensino, aos diversos escalões, por representantes das classes populares (incluindo os estudantes)
- f) aumento radical das verbas para a educação

Esta reforma Geral e Democrática do Ensino exige, como condição prévia da sua realização total, profundas transformações sociais. Estas serão levadas a cabo pelo povo português e os estudantes têm uma acção importante a desenvolver.

Contudo é possível, desde já, fazer conquistas parcelares e limitadas, impostas quer pelo movimento popular em geral (ex: reabertura do ensino pré-primário, construção dum liceu nesta ou naquela terra, etc.) quer especificamente pelos estudantes (ex: representação em grupos de elaboração das matérias das cadeiras, controle dos exames, aumento radical do número de bolsas e da sua aplicação, representação dos estudantes na gestão da universidade, etc.)

Esta luta por objectivos limitados, concretos e imediatos, quer específicos quer gerais, é muito importante porque:

- Melhora o ensino e satisfaz necessidades prementemente sentidas
- Fornece às massas populares e estudantis a consciência da sua força.
- Rasga os horizontes do futuro mostrando a necessidade de profundas transformações. "

(in "O significado das AAE no panorama nacional")

Efectivamente o aumento radical de verbas para a educação, concretizado pelas "conquistas parcelares" referidas (reabertura do ensino pré-primário, construção de liceus, aumento do número de bolsas, etc.) "melhora o ensino e satisfaz necessidades prementemente sentidas"; mas sentidas por quem? Neste momento, não certamente pelas classes trabalhadoras!...

Já vimos, no parágrafo anterior, como o objectivo intermédio que traçamos "se opõe à confusão dos que não conseguem vislumbrar diversas etapas de luta, no seu aspecto sindical, pela U.P. (Circular 11).

"E lutamos pelos direitos democráticos fundamentais" (lista crítica, Fac. Ciências do Porto). É evidente que a luta pelos direitos de informação, reunião e associação não pode ser considerada como um objectivo, encarando-se a luta sob um ponto de vista progressista.

É isto porque a própria defesa dos interesses estudantis numa perspectiva progressista, tem que garantir na prática essas liberdades, pelo menos no que respeita aquilo que eles têm de fundamental para conseguir essa defesa.

Traçar objectivos a partir dos quais se realizará então a defesa total dos interesses estudantis (por exemplo, a direcção do industrial, em "Pela ADAIL 2" a firma a necessidade imperiosa da conquista do Aparelho associativo para conseguir o fim) é na realidade abdicar da luta sindical em favor de uma luta que exigirá a garantia da parte do governo da existência das "liberdades" para então se levar o trabalho associativo para a frente: fazê-lo é: "pôr o carro à frente dos bois".